# PARTE C

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Gabinete do Primeiro-Ministro

#### Despacho n.º 2055/2008

O Centro Internacional de Ténis de Leiria, associação de direito privado n.º 503.393.380, com sede na freguesia de Pousos, concelho de Leiria,

Vem prestando, de forma continuada e com grande dinamismo, relevantes serviços à comunidade ao promover o desporto, mais concretamente o ténis, junto da população; ao organizar e ao participar em eventos desportivos de carácter nacional e internacional, oficiais e não oficiais; e ao cooperar com as mais diversas entidades públicas e privadas, nomeadamente com autarquia e com as escolas locais, permitindo, assim, o acesso à modalidade a muitos jovens.

Por estes fundamentos, conforme processo administrativo n.º 179/02 B.02.07 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-o pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

8 de Janeiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

#### Despacho n.º 2056/2008

O Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes, associação de direito privado nº 504.674.510, com sede na freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto,

Vem prestando relevantes serviços à comunidade ao promover, com notória qualidade, a divulgação da cultura junto de todas as camadas etárias, estimulando-as intelectualmente, através dos vários cursos práticos e teóricos que administra e com a organização de conferências, espectáculos e visitas culturais; e ao cooperar com as mais diversas entidades públicas e privadas, através da celebração de protocolos.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo nº 85/06 B.02.07 instruído na Secretaria- -Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-o pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei nº 460/77, de 7 de Novembro.

18 de Janeiro de 2008. - O Primeiro Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

#### Despacho n.º 2057/2008

A Aliende — Associação para o Desenvolvimento Local, associação de direito privado n.º 503.516.856, com sede na freguesia de Montoito, concelho do Redondo,

Vem prestando relevantes serviços à comunidade ao promover a elevação dos níveis de desenvolvimento e da qualidade de vida da população da região, procurando combater a desertificação humana, através do fomento e elaboração de projectos de apoio ao desenvolvimento integrado, de acções de formação; ao promover as artes e saberes tradicionais; e ao colaborar com a Administração e as mais diversas entidades.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 59/03 B.02.07 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

18 de Janeiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

#### Despacho n.º 2058/2008

O artigo 12º, n.º 7, do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 15º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, prevê que, com carácter excepcional, possam ser descongelados, mediante despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças, os lugares indispensáveis à satisfação de necessidades inadiáveis;

Analisada a situação da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes, justifica-se que se recorra à via excepcional de descongelamento de admissões;

Ao abrigo do artigo 12º, n.º 7, do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 15º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — É descongelada, a título excepcional, a admissão de um lugar de técnico superior para a Estrutura de Apoio Técnico da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes.

2 — A utilização do descongelamento previsto no presente despacho tem cobertura orçamental.

8 de Janeiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.* — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

#### Despacho n.º 2059/2008

Com a publicação da Portaria n.º 351/2007, de 30 de Março, foi aprovada a estrutura nuclear dos serviços da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) e fixadas as competências das respectivas unidades orgânicas.

Neste contexto, e com vista a assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os respectivos dirigentes.

Assim, ao abrigo dos n.os 1 e 2 do artigo 27º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, com efeitos a partir de 7 de Janeiro de 2008, a licenciada Dina Maria Gonçalves Carriço, para exercer o cargo de chefe da divisão Financeira da Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros, visto possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos do serviço, sendo dotada de competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme decorre do respectivo currículo académico e profissional.

7 de Janeiro de 2008. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires.*

Dados pessoais:

Dina Maria Gonçalves Carriço, Técnica Superior do quadro da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, nascida a 27 de Outubro de 1967.

Formação académica:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Matemáticas e Gestão.

Outras formações e habilitações relevantes:

Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo ISMG.

Pós-graduação de Contabilidade e Fiscalidade pela Universidade Lusófona.

Membro da Ordem dos Economistas

Membro da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Diversa formação no âmbito de Gestão Financeira, Contabilidade Pública e Privada.

Experiência profissional:

Entre 1987 e 2001, desenvolveu funções em várias empresas no domínio da gestão financeira, contabilidade, aprovisionamento e recursos humanos, elaboração e acompanhamento de projectos de investimento, de pequenas e médias empresas no âmbito do IDL.